



**BOLETIM SEMANAL DO**

# **SINDJUS-DF**

CORREIOS  
IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 6652001 DR/BSB  
SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

28 de fevereiro de 2002 - Ano 1 - Nº 30

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

## **Continuam os esforços para acelerar as votações**

A direção do Sindjus continua fazendo esforços para garantir a rápida votação da reestruturação dos PCS na Câmara e no Senado. Na última segunda-feira, o coordenador-geral Roberto Policarpo conversou sobre o assunto, em companhia do representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Amazonas, Fued Cavalcante, com o secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio. O secretário disse ter interesse em apoiar os dois projetos mas que, antes de tomar qualquer iniciativa, precisa se inteirar da última posição do governo a respeito.

A interlocução aberta com o ministro Nelson Jobim também já está rendendo frutos. Jobim manteve um contato com o ministro do Planejamento e Orçamento, Martus Tavares, a quem entregou os estudos do sindicato sobre os impactos dos novos PCS. Uma nova conversa entre os dois ministros deverá ocorrer nos próximos dias.

## **Sindjus e associações pedem urgência para o PCS do MPU**

Por solicitação do Sindjus, da ASEMPT e da ASMPF, todas as lideranças partidárias na Câmara dos Deputados assinaram um pedido de urgência para a tramitação do PL 5.440, de revisão do PCS do MPU. O pedido foi protocolado junto à secretaria-geral da Câmara na última terça-feira. Pedido semelhante já havia sido providenciado para o PL 5.314, que revisa o PCS do Judiciário.

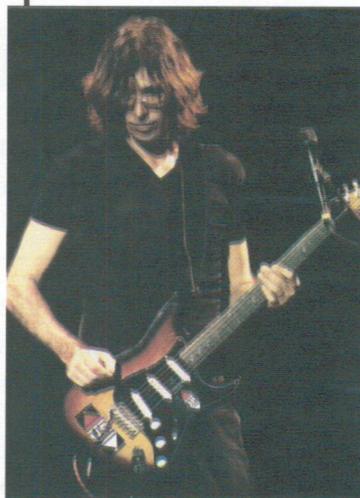
Na semana passada, a direção do Sindjus solicitou audiência com o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro. O objetivo é discutir detalhes da tramitação do PL 5.440.

# **Vamos voltar à Câmara!**

O Sindjus está organizando um ato público, a ser realizado no próximo dia 13, às 10 horas, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Um dos objetivos é chamar a atenção dos deputados para a urgente necessidade de aprovação dos projetos de lei que revisam os PCS do Judiciário e do MPU, prontos para serem votados no plenário daquela Casa. O outro é mobilizar a nossa categoria para a greve nacional que a CUT está convocando para o dia 21 de março em protesto contra a tentativa do governo de suprimir direitos trabalhistas por meio do PLC 134/2001, "o projeto da flexibilização", que está sendo apreciado no Senado Federal.

Chegou a hora de voltarmos à Câmara para fazer valer os nossos direitos e os direitos de toda a classe trabalhadora brasileira. Para o ato público do dia 13 o Sindjus está convidando parlamentares de todos os partidos com assento no Congresso e representantes da Fenajufe, CUT, OAB, Anamatra, Amatra e várias outras entidades da sociedade civil.

## **Juventude, Cultura e Futuro**



Você está convidad@ para assistir ao debate de Cristovam Buarque com o cantor Lobão, a partir das 19 horas da próxima segunda-feira, 4, no Teatro dos Bancários (EQS 214/315 Sul).

O evento marcará o relançamento o "Brasília, Capital do Debate", um programa de discussões dos grandes temas e problemas da atualidade brasileira e mundial.

Esta é uma iniciativa conjunta do Sindjus, do Sinpro e do Sindicato dos Bancários.

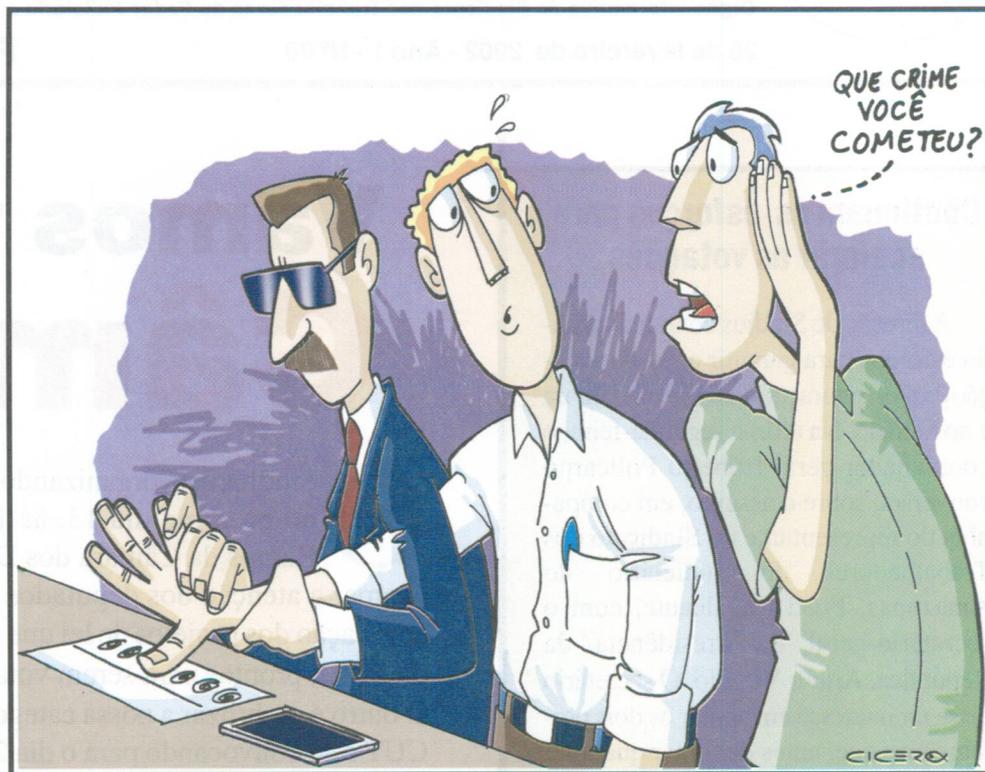
# Que atraso! Pazzianotto obriga o pessoal do TST a bater ponto

O Tribunal Superior do Trabalho começou a colher nessa terça-feira (26) as impressões digitais dos servidores para implantar o sistema do ponto eletrônico.

A medida é retrógrada e criticada pelos administradores modernos, por não garantir maior eficiência nem maior produtividade. Já foi questionada administrativa e judicialmente pelo Sindjus.

O ponto eletrônico é mais uma das iniciativas desastrosas que o ministro Almir Pazzianotto adotou desde que assumiu a presidência do Tribunal. Só para refrescar a memória, entre outras de suas "brilhantes" decisões, Pazzianotto segurou o anteprojeto da reestruturação do PCS do Judiciário, atrasando o seu encaminhando à Câmara dos Deputados, e deixou de pagar as horas extras trabalhadas pelo pessoal do TST no recesso do final de 2000.

O ministro justificou o ponto eletrônico com o argumento de que precisava "moralizar" o TST, lançando indiscriminadamente sobre o trabalhadores do Tribunal a pecha de displicentes e preguiçosos. Pa-



radoxalmente, não se conhece nenhuma iniciativa sua no sentido de evitar a repetição de casos como o do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, esse, sim, um exemplo de desmoralização da Justiça do Trabalho.

Jogar o ônus das mazelas do TST sobre as costas de seus trabalhadores é fácil. O

difícil - e mais sério - seria proporcionar a eles melhores condições de trabalho e valorizá-los com a perspectiva de crescimento na carreira, por exemplo. Aterrorizá-los com o ponto eletrônico não só não garante que eles trabalhem mais como, ao contrário, contribui para envenenar o seu ambiente de trabalho.

## Seminário sobre o papel da Justiça do Trabalho

### Você já fez a sua inscrição?

Continuam abertas, até o dia 28 de março, no Sindjus e na Anamatra, as inscrições para o seminário sobre a flexibilização da CLT e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

**As inscrições podem ser feitas pelo nosso endereço eletrônico [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br).**

O seminário será realizado no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, nos dias 2 e 3 de abril. Para o primeiro painel, sobre a flexibilização, foram convidados o ex-ministro Arnaldo Süssekind e o sociólogo Luiz Werneck Sodré. Para o segundo painel, sobre a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, foram chamados os advogados Estêvão Mallet e Ney Prado. O terceiro painel, sobre o atual modelo de solução de litígios trabalhistas, ficará a cargo do juiz do trabalho Gustavo Tadeu Alkmin e do secretário de assuntos jurídicos da Prefeitura do Recife, Maurício Rands.